



PROJETO DE LEI N.º ____/2025

EMENTA: “Regulamenta, no âmbito do Município de Barra do Piraí, a Lei Federal nº 14.811, de 12 de janeiro de 2024, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei dos Crimes Hediondos para dispor sobre a prevenção e o enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes, e dá outras providências”.

A Câmara Municipal de Barra do Piraí, estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais, aprova e a Prefeita do Município sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.1º. Esta Lei regulamenta, no âmbito do Município de Barra do Piraí, a aplicação da Lei Federal nº 14.811/2024, dispondo sobre medidas de prevenção, capacitação, fluxos de denúncia e proteção integral às crianças e adolescentes vítimas de violência, especialmente sexual.

Art.2º. Para efeitos desta Lei, aplicam-se as definições previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Lei Federal nº 14.811/2024.

CAPÍTULO II

DAS RESPONSABILIDADES MUNICIPAIS

Art.3º. Compete ao Poder Executivo Municipal:

I - elaborar e implementar políticas públicas de prevenção e enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes;

II - capacitar, de forma contínua, profissionais da rede municipal de ensino, saúde, assistência social e demais servidores que atuem diretamente com crianças e adolescentes;



III - instituir protocolos de atendimento e fluxos de encaminhamento para os casos suspeitos ou confirmados de violência;

IV - garantir apoio psicossocial, jurídico e educacional às vítimas e suas famílias;

V - promover campanhas educativas permanentes.

VI - garantir que clubes, agremiações, instituições religiosas instituam ouvidoria própria, com registro em livro específico, submetendo-se integralmente às disposições desta Lei.

Art.4º. A Secretaria Municipal de Educação deverá:

I - implantar, em todas as unidades escolares, protocolos de identificação e comunicação de suspeitas de violência;

II - capacitar anualmente os docentes e funcionários sobre prevenção e identificação de sinais de abuso;

III - promover ações educativas dirigidas a estudantes e responsáveis legais, com linguagem adequada à faixa etária.

CAPÍTULO III

DOS PROTOCOLOS DE DENÚNCIA E ATENDIMENTO

Art.5º. Os estabelecimentos de ensino, saúde e assistência social devem comunicar imediatamente ao Conselho Tutelar e, quando necessário, à autoridade policial e ao Ministério Público, os casos de suspeita ou confirmação contra crianças e adolescentes.

Art.6º. Ficam aprovados, como parte integrante desta Lei:

I - o Fluxograma de Atendimento e Encaminhamento de Denúncia contidos no Anexo I, de uso obrigatório pelas instituições públicas e privadas que lidem com crianças e adolescentes no Município;

II - o Modelo Padrão de Protocolo de Denúncia contidos no Anexo II, que deverá ser utilizado para registro formal e comunicação aos órgãos competentes.

§1º O Poder Executivo poderá atualizar os anexos por decreto, mantendo sua conformidade com a legislação federal e estadual vigente.

§ 2º A utilização dos anexos é obrigatória para todas as unidades de ensino, saúde, assistência social e entidades conveniadas com o Município.

CAPÍTULO IV



DA CAPACITAÇÃO CONTÍNUA

Art.7º. Será instituído o Programa Municipal de Capacitação para Proteção Integral, com carga horária mínima anual definida em regulamento, dirigido a:

I - professores, gestores escolares e funcionários administrativos;

II - profissionais de saúde e assistência social;

III - conselheiros tutelares;

IV - servidores públicos em políticas de infância e juventude.

Parágrafo único. A capacitação abordará a identificação de sinais de violência, fluxos legais de comunicação, acolhimento humanizado, legislação vigente incluindo a Lei 14.811/2024, ECA e Lei 13.431/2017 (escuta protegida), Lei 41.344 ed 2024 (Lei Henry Borel).

CAPÍTULO V

DA FISCALIZAÇÃO E PENALIDADES

DA FISCALIZAÇÃO NAS ESCOLAS PARTICULARES

Art.8º. Compete à Secretaria Municipal de Educação, em conjunto com o Conselho Tutelar e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, fiscalizar o cumprimento das obrigações desta Lei pelas escolas particulares situadas no território municipal.

Art.9º. As escolas particulares deverão:

I- adotar os protocolos de prevenção e comunicação previstos nesta Lei;

II - capacitar, anualmente, seus profissionais sobre prevenção e enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes;

III - manter registros documentados de todas as comunicações e atendimentos realizados;

IV - permitir o acesso dos órgãos fiscalizadores aos documentos e instalações, quando necessário.

DAS PUNIÇÕES ADMINISTRATIVAS

Art.10. O descumprimento das obrigações previstas nesta Lei pelas instituições privadas sujeitará seus responsáveis legais às seguintes sanções administrativas, sem prejuízo das responsabilidades civis e penais cabíveis:



I - advertência formal;

II - multa administrativa entre 50 (cinquenta) e 5.000 (cinco mil) UFMs (Unidades Fiscais Municipais), proporcional à gravidade da infração e reincidência;

III - suspensão temporária do alvará de funcionamento, em casos de reincidência grave;

IV - cassação do alvará de funcionamento, em casos de descumprimento reiterado ou que resultem em risco grave à gravidade de crianças e adolescentes.

§1º A aplicação das penalidades observará o devido processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

§2º Os valores arrecadados com as multas serão destinados ao Fundo Municipal para a Criança e Adolescente - CMDCA.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.11. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que couber no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da data de sua publicação.

Art.12. Os anexos desta Lei integram o presente diploma legal e têm aplicabilidade obrigatória, servindo de modelo único para toda a rede municipal e entidades conveniadas.

Art.13. Esta Lei é aplicável a todas as instituições públicas e privadas de ensino, devendo o Município exercer poder fiscalizatório sobre as privadas, conforme previsto nos arts.8 ao 10.

Sala Barão do Rio Bonito, 01 de setembro de 2025

Wanderson Luís Barbosa Lemos.
Vereador



ANEXO I

FLUXOGRAMA DE ATENDIMENTO E ENCAMINHAMENTO

Suspeita ou relato espontâneo de violência



Observação por profissional da escola, saúde ou assistência



Preenchimento imediato do Protocolo de Denúncia (Anexo II)



Comunicação ao Conselho Tutelar (em até 24h)



└─▶ Situação de urgência/imediata:



Comunicação simultânea à Polícia Civil / MP



Conselho Tutelar realiza atendimento inicial e medidas protetivas



Encaminhamento para rede de saúde, psicossocial e jurídica



Acompanhamento contínuo e monitoramento do caso



ANEXO II

MODELO PADRÃO DE PROTOCOLO DE DENÚNCIA

1) IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE:

Nome da Instituição: _____

Natureza: () Pública () Privada

Endereço: _____

Responsável pelo preenchimento: _____

Cargo/Função: _____

2) DADOS DA CRIANÇA/ADOLESCENTE (SIGILO GARANTIDO):

Iniciais: _____

Idade: _____

Sexo: () F () M () Outro

Série/Turma: _____

3) TIPO DE VIOLÊNCIA SUSPEITA/CONFIRMADA:

() Sexual () Física () Psicológica () Negligência () Outra: _____

4) DESCRIÇÃO RESUMIDA DO FATO:



5) PROVIDÊNCIAS IMEDIATAS TOMADAS:

6) COMUNICAÇÃO:

Data: _____ Hora: _____

Encaminhado à: () Conselho Tutelar () Polícia Civil () Ministério Público

7) ASSINATURA DO RESPONSÁVEL:



Justificativa

O Projeto de Lei tem por objetivo regulamentar em nosso Município a Lei Federal nº 14.811 de 12 de janeiro de 2024, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei dos Crimes Hediondos para dispor sobre a prevenção e o enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes.

Importante destacar que, esta alteração insere e representa um marco significativo na proteção de nossas crianças e adolescentes contra a violência e, especialmente, no contexto escolar e institucional, sendo imprescindível a sua regulamentação em âmbito municipal. Assim, a aplicação desta normativa federal exige a adaptação e procedimentos cruciais, estruturais e administrativos, para garantir que tenhamos respostas eficazes frente às situações de risco envolvendo nossas crianças e adolescentes.

O referido Projeto de Lei ao estabelecer que as redes de ensino, a saúde e a assistência social autem em conjunto com todos os órgãos em casos de suspeita ou confirmação de crimes contra a criança e o adolescente por meio de um fluxo de comunicação que busca proporcionar agilidade, sigilo e proteção às vítimas, busca deste modo, assegurar a efetiva atuação intersetorial e a responsabilização nas instâncias competentes.

Neste sentido, ocorre também a previsibilidade quanto a instituição do Programa Municipal de Capacitação para a Proteção Integral aos servidores públicos para a identificação de sinais de violência, fluxos de comunicação, acolhimento humanizado e com base nas legislações vigentes, entre a Lei Federal 14.811/2024 (ECA) e Lei 13.431/2017 (escuta protegida), Lei 41.344 ed 2024 (Lei Henry Borel), ou seja, o Projeto de Lei apresenta-se novamente como um grande avanço ao proporcionar uma capacitação continuada e multidisciplinar para os profissionais que atuam direta ou indiretamente com crianças e adolescentes, para assegurar e garantir que todos estejam preparados para identificar os sinais de violência e que atuem preventivamente para a condução dos encaminhamentos com sensibilidade, técnica e respaldo legal.

Portanto, diante da relevância do tema e a necessidade de conferir a aplicabilidade e a regulamentação da Lei Federal nº 14.811/2024 em que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei dos Crimes Hediondos para dispor sobre a prevenção e o enfrentamento



CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAI

da violência contra crianças e adolescentes, rogo aos Nobres Parlamentares pela a aprovação deste Projeto de Lei cuja a sua regulamentação representará ao nosso Município um avanço na busca por mais segurança e acolhimento para nossas crianças e adolescentes.